

Entidades iniciam movimento para reduzir carga tributária

Associações e Fiesp vão propor sugestões visando à diminuição do volume de impostos e encargos nas contas de luz

Oldon Machado, da Agência CanalEnergia, Negócios

26/1/2005

Dez associações do setor elétrico e a Federação das Indústrias de São Paulo iniciaram nesta quarta-feira (26), em São Paulo, um movimento de articulação que promete expor de todos os ângulos o alto peso tributário arcado pelos consumidores nas contas de luz. Mais que isso, o grupo de entidades pretende levar às diversas instâncias dos poderes Executivo e Legislativo propostas que objetivam a redução do volume de impostos e encargos setoriais incidentes nas tarifas de energia elétrica.

"O que motivou esse encontro foi a constatação de que existe uma quantidade escabrosa de impostos nas contas de luz. Haverá um esforço de todas as associações para diminuir esse volume", afirma Claudio Sales, presidente da Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica - organizadora do encontro. Participaram ainda ABCE, Abiape, Abrace, Abraceel, Abradee, Abrage, Abrate, Apine e APMPE, que envolvem as áreas de geração, distribuição, transmissão, comercialização e consumo.

Ficou acertado que o tema vai ocupar regularmente as agendas das entidades. A próxima reunião do grupo foi marcada para o dia 11 de fevereiro, com foco prioritário sobre a incidência do sistema PIS/Cofins no setor. Revista no bojo da reforma tributária feita parcialmente pelo governo em 2003 e 2004, a alíquota conjunta dos impostos saltou de 3,65% para 9,25%, sendo que alguns setores conseguiram manter o percentual menor, entre os quais rodovias, telecomunicações e parques temáticos.

As associações pretendem discutir com o Congresso Nacional maneiras de incluir o setor elétrico nesse rol. Sales comenta que um acordo de lideranças dos partidos no final do ano passado abriu a possibilidade de o governo editar uma nova medida provisória para tratar da questão e rever a exclusão de setores da manutenção das alíquotas. "É fundamental que se faça essa correção, na medida em que o setor de energia é o de maior alcance entre os de serviço público, com 96% de abrangência", diz.

O presidente da CBIEE destacou ainda que o grupo levantará alternativas para blindar o consumidor de novos aumentos. Outra idéia é dar mais transparência e publicidade ao uso dos encargos custeados pelos consumidores nas tarifas. Um estudo da Aneel feito em 2004 identificou que a parcela de impostos e encargos é de 51% nas contas de luz. Segundo a Abradee, somente a alíquota reajustada do PIS/Confins responde por 4%, o equivalente a um impacto mensal de cerca de R\$ 2,7 bilhões.